



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. APRESENTAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como finalidade subsidiar o processo licitatório voltado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem realizados nas dependências do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Piauí – CRF-PI. Trata-se de etapa obrigatória do planejamento da contratação, conforme previsto nos artigos 18 a 22 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2020.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto consiste na contratação de empresa para prestar serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nas funções de auxiliar de serviços gerais, auxiliar administrativo, auxiliar de escritório e secretária de nível superior, para atendimento às demandas permanentes e operacionais do CRF-PI. Os serviços serão executados de forma presencial, com controle de jornada, substituição em casos de ausência e responsabilidade da contratada sobre a gestão integral dos empregados.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA DEMANDA

A necessidade da contratação decorre da ausência de pessoal próprio para o desempenho das referidas funções. Tais atividades não se enquadram no núcleo estratégico do órgão, configurando-se como serviços auxiliares e de apoio à atividade-fim, o que viabiliza, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência do Tribunal de



Contas da União, sua terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra. A execução direta por servidores efetivos está impossibilitada, seja pela inexistência de concurso público vigente, seja pelo esgotamento da atual força de trabalho, o que justifica a contratação de empresa para suprir a lacuna existente e garantir a continuidade dos serviços.

4. SOLUÇÃO ADOTADA

Após análise de alternativas possíveis, concluiu-se que a forma mais eficiente e vantajosa é a contratação de empresa especializada, que forneça os profissionais devidamente qualificados, com vínculo formal, garantindo os direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, e assegurando a subordinação técnica ao contratante. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por lote.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTE ÚNICO

A contratação por lote único revela-se a forma mais adequada à natureza e à operacionalização do objeto, considerando que os serviços de apoio administrativo e operacional ora pretendidos — ainda que envolvam diferentes denominações funcionais — apresentam elevada afinidade quanto ao regime de execução, forma de fiscalização, vínculo jurídico (dedicação exclusiva de mão de obra), local de prestação, jornada, regime de subordinação e responsabilidade contratual. A divisão do objeto em lotes artificiais poderia comprometer a padronização da execução, fragmentar a gestão do contrato e gerar sobreposição de estruturas gerenciais, contrariando os princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a manutenção da contratação em lote único não viola o princípio da competitividade, tampouco restringe



a participação de licitantes, notadamente empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados de forma integrada.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação é essencial para garantir o regular funcionamento da estrutura administrativa do Conselho, especialmente no tocante à limpeza, apoio técnico, recepção, atendimento, organização documental e suporte às atividades internas. A ausência desses profissionais comprometeria diretamente o andamento dos serviços, a qualidade do atendimento ao público e a preservação do patrimônio físico e informacional do órgão. O cenário atual demonstra que a execução direta não é possível, tampouco recomendável, seja por limitações legais, operacionais ou financeiras. Dessa forma, a contratação terceirizada se apresenta como a solução mais eficaz, segura e vantajosa para a Administração Pública.

7. JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, justifica-se pela conveniência e flexibilidade que oferece à Administração, permitindo a contratação conforme a necessidade real e a disponibilidade orçamentária, sem a obrigatoriedade de execução imediata da totalidade dos serviços estimados. Tal sistemática proporciona maior controle dos gastos públicos, favorece o planejamento administrativo e orçamentário, e permite a reposição ou ampliação de postos com agilidade, especialmente em razão da natureza continuada dos serviços e da possibilidade de variações na demanda. Além disso, a adoção do SRP não compromete a competitividade, respeita os princípios da eficiência, isonomia e economicidade, e possibilita, quando previsto em edital, a adesão de outros órgãos ou entidades interessadas, ampliando a racionalização das contratações públicas.

8. ANÁLISE DE RISCOS



Foram identificados riscos relacionados à eventual inadimplência de obrigações trabalhistas, ausência de substituição de profissionais em casos de afastamento, má execução dos serviços contratados e apresentação de proposta inexequível. Para mitigação desses riscos, serão adotadas as seguintes medidas: exigência de planilha de custos detalhada, análise da exequibilidade da proposta, exigência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, fiscalização contínua com emissão de termos de recebimento, e retenção de valores legais previstos para garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada por servidor designado formalmente, com apoio de fiscais técnico e administrativo. Caberá ao fiscal técnico acompanhar a execução dos serviços, verificando o cumprimento da carga horária, qualidade e regularidade das atividades. Ao fiscal administrativo, competirá a verificação da regularidade documental da contratada, da execução financeira e das obrigações acessórias. O gestor do contrato será o responsável por consolidar os registros, elaborar os relatórios de acompanhamento e encaminhar os documentos necessários à liquidação da despesa. As atividades de gestão e fiscalização seguirão as orientações do Decreto nº 11.246/2022.

10. DA ESCOLHA DA MODALIDADE

Considerando a natureza do objeto registro de preços para **a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas funções de Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Escritório e Secretária de Nível Superior, a serem executados nas dependências do CRF**, verifica-se que se trata de **serviços comuns**, cujas especificações podem ser descritas de forma objetiva, conforme define o artigo 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, **a modalidade licitatória mais adequada será o Pregão**,



na **forma eletrônica**, em razão de sua ampla competitividade, celeridade processual, economicidade e maior alcance entre os possíveis interessados, inclusive empresas de outras unidades da federação. A adoção dessa modalidade também se alinha ao princípio constitucional da eficiência e às diretrizes do planejamento das contratações públicas. Ressalta-se que, nos termos do artigo 28, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o pregão deverá ser utilizado sempre que o objeto puder ser caracterizado como comum, sendo essa, portanto, a solução inicialmente indicada para a futura contratação.

11. CONCLUSÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra a viabilidade técnica e jurídica da contratação pretendida, que se revela indispensável para assegurar a continuidade das atividades do CRF-PI, de forma eficiente, regular e conforme os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e interesse público. A contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra é a solução mais adequada diante das limitações operacionais da entidade e da natureza dos serviços a serem prestados.

Teresina-PI, 26 de junho de 2025.

Maria dos Remédios Mendes de Brito

Secretária Geral